



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

05/04/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Decreto de saneamento deve deixar brecha para empresa estadual prestar serviço sem licitação

Em decreto para revisar o marco do saneamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve deixar uma brecha para que companhias estaduais prestem serviços sem licitação.

A cerimônia no Palácio do Planalto para assinatura dos atos está marcada para esta quarta-feira (5), às 16h, e contará com a presença de governadores convidados pelo petista.

Um dos pontos mais polêmicos é a possibilidade de prestação direta de serviços pela estatal estadual em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou microrregiões (subdivisão da área do estado).

Essa medida foi antecipada pela Folha no fim de março. Técnicos do governo defendem que, nesses casos de agrupamentos, o estado pode ser considerado titular do serviço, assim como o município.

Portanto, empresas estaduais podem prestar serviços de saneamento sem licitação.

Sancionado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em julho de 2020, o marco do saneamento prevê que, se compartilhar, em conjunto com municípios, instalações operacionais de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, o estado pode ser considerado titular do serviço.

No entanto, há um processo que discute esse assunto no STF (Supremo Tribunal Federal). A Abcon (que representa o setor privado) questiona um contrato assinado sem licitação pela Cagepa (estatal estadual da Paraíba) para prestar serviço de saneamento numa microrregião do estado que reúne cerca de 30 municípios, incluindo a capital, João Pessoa.

Em fevereiro, a AGU (Advocacia-Geral da União) defendeu esse contrato, pois considera o estado como titular do serviço, o que permite a prestação direta e sem licitação.

Mas representantes do setor privado de água e esgoto avaliam que o contrato na Paraíba pode ser considerado um drible na lei do saneamento, que proíbe a assinatura de novos contratos de programa – nome dado a contratos firmados diretamente entre prefeituras e estatais de água e esgoto sem concorrência.

O decreto a ser assinado por Lula, portanto, deve confirmar o entendimento da AGU e deixar brecha para a prestação direta, sem licitação.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 05 de abril.

Delegacias da mulher passam a prestar atendimento 24 horas

Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar têm direito a atendimento 24 horas por dia, sete dias por semana, incluindo feriados nas delegacias especializadas de atendimento à mulher (Deam). A obrigatoriedade do funcionamento ininterrupto desse tipo de delegacia passa a valer imediatamente, porque a Lei 14.541, sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (4).

De acordo com a nova lei, nos municípios onde não houver Deam, a delegacia existente deverá priorizar o atendimento da mulher vítima de violência por agente feminina especializada. Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) destinados aos estados poderão ser utilizados para a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em conformidade com as normas técnicas de padronização estabelecidas pelo Poder Executivo.

O atendimento deverá ser feito, preferencialmente, em sala reservada e por policiais do sexo feminino. A regra deve ser obedecida não só pelas delegacias que serão criadas, mas também por aquelas que já existem. Às Deams compete a análise também de crimes contra a dignidade sexual e feminicídios.

A lei teve origem no Projeto de Lei (PL) 781/2020, do senador Rodrigo Cunha (União-AL), aprovado pelo Senado no início de março.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 05 de abril.

Apesar da queda do dólar, preços dos produtos de Páscoa superam média dos alimentos

Mesmo com a renda curta do consumidor e com a queda da cotação do dólar em relação ao real, os alimentos específicos da Semana Santa têm variações bem acima da média dos demais.

O dólar interrompeu a escalada de alta e registrou retração de 4% neste ano, inibindo reajustes ainda maiores nos preços dos produtos importados mais consumidos neste período.

O bacalhau, porém, um dos carros-chefe da preferência do consumidor, tem alta acumulada de 5,31% de janeiro a março. Nesse mesmo período, a alta média dos alimentos foi de 1,31%, conforme pesquisa da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), divulgada nesta terça-feira (4).

O azeite de oliva, também dependente do dólar, acumula alta de 3,7% no ano. Já a azeitona manteve preços estáveis.

Internamente, algumas altas vieram ainda mais salgadas do que as de produtos importados. O quilo de corvina ficou 16% mais caro no ano; e o de pescada, 7%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 05 de abril.

Aneel aprova aumento de tarifas de energia para clientes de CPFL e Energisa

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou nesta terça-feira (4) revisões tarifárias para as distribuidoras da Energisa em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e da CPFL em São Paulo.

As novas tarifas, que passam a valer a partir de 8 de abril, resultam do processo de revisão dos valores que ocorre a cada quatro ou cinco anos, quando a agência reguladora faz uma análise completa de custos, investimentos e eficiência das operações a fim de preservar o equilíbrio econômico financeiro da concessão.

Para a Energisa Mato Grosso do Sul, a Aneel aprovou um reajuste médio de 9,28% das tarifas, com impacto de 6,28% para os consumidores atendidos em alta tensão e de 10,48% para os de baixa tensão. Especificamente para a classe residencial, o reajuste será de 9,58%.

Na Energisa Mato Grosso, o reajuste médio será de 8,81%, com impacto de 7,29% para a alta tensão e de 9,45% para a baixa tensão. Na classe residencial, o efeito será de 8,62%.

Para a CPFL Paulista, que atende cidades do interior do Estado como Campinas e Ribeirão Preto, foi aprovado reajuste médio de 4,89%, com impacto de 5,44% para a alta tensão e de 4,60% para a baixa tensão.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 05 de abril.

Inadimplência volta a crescer em fevereiro e atinge 70,5 milhões, diz Serasa

Em fevereiro, o Brasil atingiu a marca de 70,5 milhões de inadimplentes. Foram 433 mil novos registros de pessoas negativadas no País no mês, de acordo com números do Serasa.

O cartão de crédito continua sendo o segmento com o maior número de brasileiros inadimplentes (31,6% das dívidas), seguido pelas contas básicas (21,7%) e pelo setor de varejo (11,2%).

Na comparação com fevereiro de 2022, as contas com bancos e cartões contabilizaram aumento de 3,0%, enquanto os débitos com contas básicas e no varejo caíram 1,5% e 1,3%, respectivamente.

"A inflação e os juros altos são os principais fatores que explicam o atual cenário, além da sazonalidade desfavorável de fevereiro, que vem acompanhado de despesas típicas de início de ano, como IPVA, IPTU e reajuste das mensalidades", afirma o economista-chefe da Serasa Experian, Luiz Rabi. "As pessoas ainda utilizam o cartão de crédito, por exemplo, para fazer compras básicas, como alimentação e remédios, por isso, a relação com o parcelamento também deve ser pautada com base na organização financeira, para que não se torne mais uma dívida", argumenta o economista.

O valor de todas as dívidas somadas em fevereiro é de R\$ 326,0 bilhões, 24% maior do que o valor do mesmo período do ano passado (R\$ 263,0 bilhões). O valor médio da dívida é de R\$ 4 631,78, também segundo o Serasa.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 05 de abril.